

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL****PRIMIRO TRIMESTRE DE 2023****1. INTRODUÇÃO**

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal, em 31-05-2023, o Relatório de Execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 17-07-2023, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista, através do despacho n.º 250/2023-SET, de 12/06/2023.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2023 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro¹.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023.

**CONSELHO FISCAL**

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE**3.1. Execução Orçamental**

A execução orçamental da receita até ao final do primeiro trimestre de 2023, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 18 milhões de euros, englobando o saldo transitado do ano anterior (988.103 euros), sem o qual ascenderia a 17 milhões de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 1.ºT2023	Execução no período (%)	Receita cobrada no 1.ºT2022	Δ 2023/2022 (%)
3.1.9-Transferências correntes	60 574 209	6 534 381	10,8%	6 131 982	6,6%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	1 219	819	67,2%	51 765	-98,4%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	98 904	12 079	12,2%	0	-
4.4.1-Projetos SAMA FSE	2 055 000	110 398	5,4%	169 014	-34,7%
4.8.2-Projetos diretamente financiados pela EU	1 318 578	9 112	0,7%	90 113	-
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenção	220 322 329	10 139 604	4,6%	0	-
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenção	62 169 535	0	0,0%	0	-
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	0	0,0%	0	-
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	3 670 545	204 119	5,6%	513 115	-60,2%
5.1.3-Venda de bens de investimento	2 657	2 656	100,0%	0	-
5.4.1-Transferências correntes - Proj. diretamente fir	40 201	40 200	100,0%	0	-
Total de receitas correntes	381 253 177	17 053 367	4,5%	6 955 989	145,2%
Saldo de Gerência		988 103		0	-
Total	381 253 177	18 041 470	4,7%	6 955 989	159,4%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (4,7%), sem o saldo transitado, situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que representa 74% da previsão de receitas anuais e à ausência da execução financeira do contrato programa.
- Das receitas cobradas, cerca de 10,8% correspondeu a transferências correntes, 23% teve origem em programas comunitários (SAMA (FEDER e FSE) e projetos diretamente financiados pela EU e 5,6% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 45,2% decorrente essencialmente das transferências no âmbito do PRR, bem como das transferências da ACSS para o centro de contacto do SNS24.

**CONSELHO FISCAL**

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 382,2 M€, a respetiva execução até ao final do primeiro trimestre totalizou 1,6 %, correspondendo a cerca de 6,3 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 1.ºT2023	Execução no período (%)	Despesa paga no 1.ºT2022	Δ 2023/2022 (%)
01-Despesas com pessoal	13 949 683	-	13 949 683	2 877 561	20,6%	2 349 678	22,5%
02-Aquisições de bens e serviços	234 765 669	-	234 765 669	2 762 340	1,2%	2 340 850	18,0%
06-Outras despesas correntes	1 786 960	866 763	920 197	295 748	32,1%	526 246	-43,8%
Total de despesas correntes (A)	250 502 312	866 763	249 635 549	5 935 649	2,4%	5 216 774	13,8%
07-Aquisição de bens de capital	131 738 967	0	131 738 967	337 063	0,3%	0	0,0%
Total de despesas de capital (B)	131 738 967	0	131 738 967	337 063	0,3%	0	0,0%
Total (A)+(B)	382 241 279	866 763	381 374 516	6 272 712	1,6%	5 216 774	20,2%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada ter-se circunscrito apenas a 6,3 M€ (1,6% da dotação disponível anual);
- O baixo grau de execução da despesa é explicado pelo Conselho de Administração pela fraca execução da despesa em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência e pela fraca execução na fonte de financiamento 511 (aquisição de bens e serviços e investimentos), em virtude da ausência de recebimentos no âmbito do contrato programa;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” que no final deste período representou 45,9 % do total da despesa, com um aumento, comparativamente ao período análogo, de 22,5%;
- A aquisição de bens e serviços representa 44% da despesa paga no trimestre em apreço, tendo-se verificado um aumento face ao período homólogo de 2022, em cerca de 18%;
- A fraca execução da rubrica aquisição de bens de capital que ascendeu apenas a 0,3% da dotação disponível anual.
- O valor da despesa paga até ao final do 1º trimestre de 2023 foi superior à despesa paga em igual período de 2022 em 13,8%.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no primeiro trimestre de 2023, assumiu compromissos no valor de 73,3 M€, ou seja, 19 % da dotação anual disponível. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa, 63% reportam a despesas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU).

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de março de 2023, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

**CONSELHO FISCAL****Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados**

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento 1.º T2023 (1)	Execução T1/2023 (2)	Execução T1/2022 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2023/2022 %
Rendimentos	22 989 239,5	17 982 442,3	15 298 754,3	- 5 006 797,2	17,5%
Prestações de serviços	22 190 411,0	16 992 149,6	4 923 967,2	- 5 198 261,4	245,1%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	705 789,0	171 788,3	10 065 888,2	- 534 000,8	-98,3%
Outros rendimentos e ganhos	93 039,5	818 504,4	308 898,9	725 464,9	165,0%
Gastos	22 052 389,1	17 960 465,6	13 943 334,7	- 4 091 923,5	28,8%
Fornecimentos e serviços externos	18 533 718,3	14 848 736,8	11 092 986,2	- 3 684 981,5	33,9%
Gastos com pessoal	3 487 420,8	3 106 221,3	2 667 590,5	- 381 199,5	16,4%
Outros gastos e perdas	31 250,0	5 507,6	182 758,1	- 25 742,5	-97,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	936 850,4	21 976,7	1 355 419,6	- 914 873,8	-98,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	400 082,9	864 022,5	599 019,1	463 939,6	44,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	536 767,5	- 842 045,9	756 400,5	- 1 378 813,4	-211,3%
Juros e rendimentos similares		2 656,25			
Resultado antes de impostos	536 767,5	- 839 389,6	756 400,5	- 1 378 813,4	-211,3%
Imposto sobre o rendimento	112 721,2			- 112 721,2	
Resultado líquido do período	424 046,3	- 839 389,6	756 400,5	- 1 266 092,2	-211,0%

Como se constata, no final do primeiro trimestre de 2023, o resultado líquido da SPMS foi de -839.389,6 €, o que representa um resultado substancialmente inferior ao verificado no período análogo de 2022 em que ascendeu a um valor positivo de 756.400,5 €. Igual comportamento se verificou ao nível do resultado operacional que decresceu no mesmo período de +756.400,5 € para - 842.045,9 €.

De salientar que, nas “Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras” é referido pela empresa que “a resultado líquido sofreu uma diminuição face ao período homólogo, embora tenha existido variação positiva/negativa em todas rubricas.”. De facto, conforme se constata no quadro supra, verifica-se que o incremento nos rendimentos (cerca de 2,7 M€ em que se salienta a aumento das receitas decorrentes da prestação de serviços o qual, porém que é em grande parte compensado pela redução das transferências correntes e subsídios à exploração, salientando a empresa que a partir de 2022 as transferências do Orçamento de Estado passaram a ser classificadas como prestação de serviços uma vez que representavam uma contrapartida a um serviço prestado) é inferior ao aumento dos gastos de cerca de 4 M€ (em que se salienta o aumento verificado nos fornecimentos e serviços externos).

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2023, os rendimentos tiveram um incremento global de 17,5%, com aumentos significativos de cerca de 245% na prestação de serviços e 165% em outros rendimentos e ganhos, verificando-se um desvio de 19% face ao valor orçamentado.

**CONSELHO FISCAL****b) Os gastos e perdas**

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 28,8 % nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento com fornecimentos e serviços externos (33,9%) e gastos com pessoal (16,4%).

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 133.º do DLEO)

Nos termos do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados no ano anterior os seguintes gastos operacionais:

- ✓ *"a) Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo";*
- ✓ *b) Com fornecimentos e serviços externos, corrigidos do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes nos termos da alínea c) n.º 2;"*
- ✓ *Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes nos termos da alínea c) n.º 2;"*

No que concerne aos encargos com o pessoal, verificou-se um aumento de 22,5% indicando a SPMS que esta variação reflete os gastos inerentes a 2023.

Quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, verificou-se um aumento do valor deste agregado no 1º trimestre de 2023 face ao período análogo de 2022 no montante de 11.599 €, o que representa num acréscimo de 545%. Relativamente à variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos, a mesma foi positiva de 3.295,38, ou seja, um aumento de 37%.

Quanto aos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um aumento de 11.424,22 € face ao período análogo de 2022, que se traduz num decréscimo de 100%.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócio passou de 279% no 1º trimestre de 2022 para 106% no período em apreço, continuando a apresentar um valor bastante elevado.



CONSELHO FISCAL

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se uma redução significativa na ordem dos 59% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2022, salientando-se que a redução na dívida vencida foi significativamente maior, alcançando os 72%. Refira-se que a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS mais de 62% da dívida no 1.º Trimestre de 2023 é perante 3 fornecedores, MEO, Capgemini Portugal e Axianseu II. verificando-se, porém, que relativamente ao primeiro, cerca de 59% da respetiva dívida se encontra por vencer, situação que ocorre em relação à totalidade do passivo perante a Axianseu II.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 51,80 dias, o que representa uma deterioração significativa face aos 24,50 dias no período análogo de 2022, apesar de representar uma ligeira melhoria face à situação verificada no final de 2022.

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 1º trimestre de 2023 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido negativo no final de março de 2023 no valor de 839.389,62 euros, situando-se o EBITDA em 21.976,67 euros.

Lisboa, 28 de agosto de 2023

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

Assinado por: **LUÍSA MARIA TEIXEIRA PISCO**
Num. de Identificação: 06619984
Data: 2023.08.28 18:20:28+01'00'

O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2023

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2023, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a trabalhos de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2023, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 31 de março de 2023, que evidencia um total de 82.699.293 euros e um total de património líquido de 58.217.972 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 839.390 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 31 de março de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços externos, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser efetuados numa base de duodécimos, não tendo por isso em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIACÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 1.º trimestre de 2023 a receita cobrada líquida ascendeu a 18.041.470 euros e a despesa total paga ascendeu a 6.272.712 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 1.º trimestre de 2023 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 988.103 euros, que representa 5,5% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Sem este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 17.053.367 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2022:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2023		Receita cobrada líquida 1ºT 2023		Receita cobrada líquida 1ºT 2022		Variação 2023/2022		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	36 838 179	9,7%	6 000 000	33,3%	6 000 000	86,3%	-	-	16,3%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	21 360 000	5,6%	28 587	0,2%	-	-	28 587	-	0,1%
319 Transferências correntes ACSS - CCMSNS	2 376 030	0,6%	505 793	2,8%	131 982	1,9%	373 811	283,2%	21,3%
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	1 219	0,0%	819	0,0%	51 765	0,7%	-50 946	-98,4%	67%
319 Transferências de RI entre organismos	60 575 428	15,9%	6 535 200	36,2%	6 183 747	88,9%	351 453	5,7%	10,8%
411 Rec. próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	98 904	0,0%	12 079	0,1%	-	-	12 079	-	12,2%
411 FEDER - competitividade e internacionalização	98 904	0,0%	12 079	0,1%	-	-	12 079	-	12,2%
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	2 055 000	0,5%	110 398	0,6%	169 014	2,4%	-58 616	-34,7%	5,4%
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	2 055 000	0,5%	110 398	0,6%	169 014	2,4%	-58 616	-34,7%	5,4%
482 Projetos diretamente financiados pela EU	1 318 578	0,3%	9 112	0,1%	90 113	1,3%	-81 001	-89,9%	0,7%
482 Outros e saldos de FE / Outros	1 318 578	0,3%	9 112	0,1%	90 113	1,3%	-81 001	-89,9%	0,7%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	220 322 329	57,8%	10 139 604	56,2%	-	-	10 139 604	-	4,6%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	220 322 329	57,8%	10 139 604	56,2%	-	-	10 139 604	-	4,6%
484 Projetos diretamente financiados pela EU	62 169 535	16,3%	-	-	-	-	-	-	-
484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA	62 169 535	16,3%	-	-	-	-	-	-	-
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	31 000 000	8,1%	-	-	-	-	-	-	-
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	31 000 000	8,1%	-	-	-	-	-	-	-
541 Projetos diretamente financiados pela EU	40 201	0,0%	40 200	0,2%	-	-	40 200	-	100%
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	40 201	0,0%	40 200	0,2%	-	-	40 200	-	100%
513 Faturação - SNS	860 000	0,2%	119 527	0,7%	234 441	3,4%	-114 914	-49,0%	13,9%
513 Faturação - Outras Entidades	2 810 545	0,7%	84 592	0,5%	278 674	4,0%	-194 082	-69,6%	3,0%
513 Venda de bens de investimentos	2 657	0,0%	2 656	0,0%	-	-	2 656	-	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	3 673 202	1,0%	206 775	1,1%	513 115	7,4%	-306 340	-59,7%	5,8%
Subtotal	381 253 177	100,0%	17 053 367	94,5%	6 955 989	100%	10 097 378	145,2%	4,5%
Saldo de gestão anterior	-	-	988 103	5,5%	-	-	988 103	-	nd
Total Geral	381 253 177	100%	18 041 470	100%	6 955 989	100%	11 085 481	159,4%	4,7%

De salientar que, confirme já referido, no apuramento deste montante global de receita foi considerado o saldo transitado do ano anterior, no valor de 988.103 euros.

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, o aumento ocorrido de 10.097.378 euros é essencialmente justificado pelas transferências no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como pelo aumento da receita proveniente das transferências da ACSS para o centro de contacto do SNS24 (mais 402.398 euros).

No final do primeiro trimestre, a receita apresenta um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a apenas 4,7% da receita orçamentada. Este comportamento é justificado essencialmente pelo reduzido nível de execução, em termos de receita, dos projetos afetos ao Plano de Recuperação e Resiliência e à ausência de execução financeira do contrato programa.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 1.º trimestre de 2023, ao montante de 6.272.712 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2023	Cativação 2023	Orçamento Disponível Ano 2023		Despesa paga 1ºT2023		Despesa paga 1ºT2022		Variação 2023/2022		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	10 282 128	-	10 282 128	100%	2 300 640	36,7%	1 823 603	35,0%	477 037	26,2%	22,4%	22,4%
01.02 Remunerações Variáveis	1 022 730	-	1 022 730	100%	68 575	1,1%	80 450	1,5%	-11 874	-14,8%	6,7%	6,7%
01.03 Segurança Social	2 644 825	-	2 644 825	100%	508 346	8,1%	445 625	8,5%	62 721	14,1%	19,2%	19,2%
01 Despesa com pessoal	13 949 683	-	13 949 683	100%	2 877 561	45,9%	2 349 678	45,0%	527 883	22,5%	20,6%	20,6%
02.01 Aquisição de Bens	1 375 835	-	1 375 835	100%	159 367	2,5%	11 834	0,2%	147 533	1 246,7%	11,6%	11,6%
02.02 Aquisição de Serviços	233 389 834	-	233 389 834	100%	2 602 973	41,5%	2 329 016	44,6%	273 957	11,8%	1,1%	1,1%
02 Aquisição de bens e serviços	234 765 669	-	234 765 669	100%	2 762 341	44,0%	2 340 850	44,9%	421 491	18,0%	1,2%	1,2%
06.02 Diversas	1 786 960	-866 763	2 653 723	148,5%	295 748	4,7%	526 246	10,1%	-230 499	-43,8%	16,6%	11,1%
06 Outras despesas correntes	1 786 960	-866 763	2 653 723	148,5%	295 748	4,7%	526 246	10,1%	-230 499	-43,8%	16,6%	11,1%
Despesas correntes	250 502 312	-866 763	251 369 075	100,3%	5 935 650	95%	5 216 774	100,0%	718 875	13,8%	2,4%	2,4%
07.01 Investimentos	131 738 967	-	131 738 967	100%	337 063	5,4%	-	-	337 063	-	0,3%	0,3%
07 Aquisição de bens de capital	131 738 967	-	131 738 967	100%	337 063	5,4%	-	-	337 063	-	0,3%	0,3%
Despesas de capital	131 738 967	-	131 738 967	100%	337 063	5,4%	-	-	337 063	-	0,3%	0,3%
Total Geral	382 241 279	-866 763	383 108 042	100,2%	6 272 712,26	100%	5 216 774	100%	1 055 938	20,2%	1,6%	1,6%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se muito modesto, cifrando-se em apenas 1,6% face ao orçamento anual, ficando ainda aquém do nível do nível de execução orçamental ao nível da receita, de onde se poderá depreender, em termos globais, que não foi devido à falta de recursos financeiros que se ficou a dever tal comportamento;

- O peso dos gastos com recursos humanos representa 45,9% da despesa paga (mais 0,9 pontos percentuais que no período homólogo);
- A despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 2.762.341 euros, representando 44,0% do total da despesa paga, reflete um aumento de 421.491 euros face ao trimestre homólogo;
- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada para a totalidade do ano no montante total de 131.738.967 euros. Contudo, neste trimestre foram executados gastos desta natureza apenas no montante de 337.063 euros, representando um grau de execução de 0,3%;
- Em termos globais, a despesa ocorrida no trimestre reflete um aumento de 13,8% face ao período homólogo, devido ao efeito conjugado de aumento dos saldos de quase todas as rubricas da despesa executada, sendo a mais expressiva, no montante de 527.883 euros, a ocorrida na rubrica de despesas com pessoal;

Finalmente, não pode deixar de se salientar o baixo nível de execução realizado, pelo que será necessário um elevado esforço de dinamização no período restante do ano para que a execução orçamental, e em particular nos projetos abrangidos pelo PRR, se aproxime das metas subjacentes ao orçamento aprovado.

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 31MAR2023, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2022, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do primeiro trimestre ascende a 7.301.750 euros, refletindo um decréscimo de 7,1% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 593.771 euros, atendendo a que os novos investimentos efetuados no exercício ascenderam apenas a 41.815 euros. Ocorreram ainda abates de bens, no valor de 1.915 euros;
- Os Ativos Intangíveis apresentam um valor líquido no montante de 10.944.958 euros, representando 13% do total do Ativo. A variação do trimestre respeita exclusivamente ao reconhecimento de 270.252 euros respeitante a amortizações do período e 11.848 euros respeitante a abates, não tendo ocorrido qualquer investimento desta natureza no trimestre em análise;

- A rubrica de Clientes apresenta, a 31MAR2023, um saldo de 3.937.767 euros, sem variação expressiva face a 31DEZ2022. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do trimestre continua a ser a ACSS, representando cerca de 97% do total do saldo a receber, mantendo-se este saldo inalterado face a 31DEZ2022;
- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 31MAR2023 o saldo de 12.519.814 euros, passando a representar 18% do total do Ativo. No primeiro trimestre verifica-se um aumento de 10.421.513 euros face a 31DEZ2022. Este aumento resulta essencialmente dos valores a faturar relativos ao centro de contacto do SNS24 (5.340.000 euros) e do Contrato Programa com a ACSS (5.040.650 euros), relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros três meses do ano;
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do primeiro trimestre, ascende a 45.031.143 euros, sendo esta a rubrica mais expressiva, representando 54% do total do Ativo. O saldo respeita maioritariamente (79%) ao valor recebido do PRR ainda em 2021 e relativamente ao qual ainda não foi executada despesa. A totalidade do montante reconhecido na rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;
- A rubrica de Património Líquido apresenta um saldo no montante de 58.217.972 euros, representando um acréscimo de 15,5% relativamente a 31DEZ2022. Esta variação resulta essencialmente do aumento verificado na rubrica de Outras Variações no Património líquido (+8.643.517 euros), decorrente maioritariamente do recebimento de verbas do PPR, no montante de 9.348.073 euros, ocorridas no trimestre, deduzida do reconhecimento dos rendimentos de 704.555 euros, correspondente à proporção dos gastos reconhecidos no âmbito da execução de projetos financiados pelo PPR. O resultado negativo apurado no primeiro trimestre, no montante de 839.390 euros, influenciou igualmente a variação ocorrida no património líquido;
- O total do Passivo, no montante de 24.481.321 euros, reflete um aumento expressivo de 11.085.100 euros (+82,75%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada essencialmente pelo aumento rubrica de Outras Contas a Pagar no montante de 10.042.502 euros, respeitante a acréscimos de gastos em subcontratos gerais (9.192.439 euros).
- A rubrica de Fornecedores ascendeu no final trimestre a 2.766.117 euros, no qual se destacam os montantes a pagar aos fornecedores MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., (993.446 euros) e à Capgemini Portugal, S.A., (511.836 euros), que correspondem a 54,4% da totalidade desta rubrica.

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro trimestre de 2023. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2023, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro trimestre, foi desfavorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo.

No final do trimestre em análise apurou-se um resultado líquido negativo de 839.390 euros, que compara com um lucro orçamentado de 424.046 euros. A justificação para esta evolução negativa está relacionada sobretudo pela execução desfavorável das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (menos 75,7%) e Prestação de Serviços (menos 23,4%), não integralmente compensadas pelo menor gasto ocorrido ao da nível da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 14.848.737 euros, representando uma execução de 80% face ao orçamentado, bem como de Gastos com Pessoal, que também ficaram aquém do orçamentado (-10,9%).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (menos 3.755.751 euros) é justificado pelo baixo nível de execução da despesa no âmbito do PRR, bem como ao nível do Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento tem de ser analisado conjuntamente com o desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no período em análise.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, esta ascende ao montante de 3.106.221 euros, apresentando uma diminuição de 381.200 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do primeiro trimestre de 2023 ascende assim a 18.824.488 euros, apresentando uma execução de 83,8% face ao orçamentado, atenuando assim, ainda que de forma parcial, a quebra ocorrida sobretudo ao nível das Prestações de Serviços.

O total de rendimentos ascende a 17.807.998 euros, apresentando uma execução de 79,9% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado nas rubricas de Vendas e Serviços Prestados (-5.198.261 euros) e nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-534.000 euros).

7. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 14 de julho de 2023

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Assinado por: **VÍTOR MANUEL BATISTA DE ALMEIDA**
Num. de Identificação: 04886686
Data: 2023.07.17 13:15:26+01'00'



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço em 31 de março 2023 e em 31 de dezembro de 2022

Valores em euros

	31-03-2023	31-12-2022	Var Real 31MAR23 - 31DEZ22	
BALANÇO			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7 301 750	7 855 621	-553 871	-7,1%
Ativos intangíveis	10 944 958	11 227 058	-282 100	-2,5%
Diferimentos	1 957 108	2 007 722	-50 615	-2,5%
Subtotal	20 203 816	21 090 401	-886 586	-4,2%
Ativo corrente				
Clientes	3 937 767	3 940 608	-2 842	-0,1%
Estado e outros entes públicos	799 050	723 945	75 105	10,4%
Outras contas a receber	12 519 814	2 098 301	10 421 513	496,7%
Diferimentos	207 704	1 501 524	-1 293 820	-86,2%
Caixa e depósitos bancários	45 031 143	34 455 286	10 575 857	30,7%
Subtotal	62 495 478	42 719 664	19 775 814	46,3%
Total do Ativo	82 699 293	63 810 065	18 889 228	29,6%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	26 260 689	26 260 689	0	0,0%
Reservas	10 523 112	10 523 112	0	0,0%
Resultados transitados	-33 452 344	-34 124 599	672 255	-2,0%
Ajustamentos/ Out. var. cp. Proprio	55 725 905	47 082 387	8 643 517	18,4%
	59 057 361	49 741 589	9 315 772	18,7%
Resultado líquido do período	-839 390	672 255	-1 511 645	-224,9%
Total capital próprio	58 217 972	50 413 844	7 804 128	15,5%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	4 395 586	4 395 586	0	0,0%
Subtotal	4 395 586	4 395 586	0	0,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	2 766 117	1 433 355	1 332 762	93,0%
Estado e outros entes públicos	587 323	1 024 374	-437 051	-42,7%
Fornecedores de investimentos	87 817	555 209	-467 392	-84,2%
Outras contas a pagar	14 793 552	4 751 050	10 042 502	211,4%
Diferimentos	1 850 927	1 236 647	614 280	49,7%
Subtotal	20 085 736	9 000 636	11 085 100	123,2%
Total do Passivo	24 481 321	13 396 221	11 085 100	82,75%
Total do Capital Próprio e do Passivo	82 699 293	63 810 065	18 889 228	29,6%

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas para os períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 31MAR23	Real 31MAR22	Orçamento 31 MAR23	Var Real 31MAR23 - 31MAR22		Var Real 31MAR23 - Orç 31MAR23	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	16 992 149,6	4 923 967,2	22 190 411,0	12 068 182,4	245,1%	-5 198 261,4	-23,4%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	171 788,3	10 065 888,2	705 789,0	-9 894 099,9	-98,3%	-534 000,8	-75,7%
Fornecimentos e serviços externos	-14 848 736,8	-11 092 986,2	-18 533 718,3	3 755 750,6	33,9%	-3 684 981,5	-19,9%
Gastos com o pessoal	-3 106 221,3	-2 667 590,5	-3 487 420,8	438 630,8	16,4%	-381 199,5	-10,9%
Outros rendimentos e ganhos	818 504,4	308 898,9	93 039,5	509 605,5	165,0%	725 464,9	779,7%
Outros gastos e perdas	-5 507,6	-182 758,1	-31 250,0	-177 250,5	-97,0%	-25 742,5	-82,4%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21 976,7	1 355 419,6	936 850,5	-1 333 443,0	-98,4%	-9 098 720,7	-97,7%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-864 022,5	-599 019,1	-400 082,9	265 003,4	44,2%	463 939,6	116,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-842 045,9	756 400,5	536 767,6	-1 598 446,4	-211,3%	-8 634 781,0	-256,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	2 656,3		0,0	2 656,3	nd	2 656,3	nd
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos	-839 389,6	756 400,5	536 767,6	-1 595 790,1	-211,0%	-1 376 157,2	-256,4%
Imposto sobre o rendimento do período			-112 721,2	0,0	nd	112 721,2	-100,0%
Resultado líquido do período	-839 389,6	756 400,5	424 046,4	-1 595 790,1	-211,0%	-1 263 436,0	-297,9%
Resultado Líquido	-839 389,6	756 400,5	424 046,4	-1 595 790,1	-211,0%	-1 263 436,0	-297,9%